

ILUSTRÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA

Licitação por Concorrência nº 002/2022

Processo Administrativo nº SEI-260005/005167/2021

A3 SOLUÇÕES INTEGRADAS E SERVIÇOS LTDA EPP, já qualificada anteriormente, nos autos do processo em epígrafe, por meio de seu representante legal, que esta subscreve, pede *vênia*, a Colenda COMISSÃO DE LICITAÇÃO (Autoridade Superior), para interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da r. decisão que a inabilitou, conforme se depreende da ata da sessão de julgamento do dia 29/04/2022, consubstanciada nos dispositivos constitucionais esculpidos no artigo 5º, caput, II, XIII, XXXIII, XXXIV, a, LV e LXXVIII, bem como normas legais insertas nas Lei Ordinária nº 8.666 de 1993, o que faz na melhor forma de direito, para inicialmente dizer e ao final requerer:

PRELIMINARMENTE

1. O ato administrativo que resultou na inabilitação da Recorrente merece ser anulado, uma vez que lhe falta um de seus pressupostos, a saber, a motivação. A singela menção de que a Recorrente não cumpriu com o item 9.3 do Edital é insuficiente para dar validade ao ato administrativo, já que seu conteúdo conciso dificulta a defesa, mediante a inequívoca apresentação da documentação exigida, impedindo o pleno exercício dos direitos fundamentais do contraditório e da ampla defesa.

ESCORÇO HISTÓRICO

2. A Recorrente interessada em participar do processo de licitação em epigrafe, adquiriu o edital e providenciou todas as medidas cabíveis para sua regular participação no certame.

3. Na primeira sessão pública, no dia 28/03/2022, foram abertos os envelopes de habilitação das participantes, tendo sido suspenso o certame para análise da documentação.

4. Em 29/04/2022, as participantes foram instadas a comparecerem à sessão pública que divulgou o resultado da análise dos documentos de habilitação, tendo sido inabilitada a Recorrente, sob a alegação de não ter atendido o item 9.3 do edital.

5. Em que pese, ser costumeiro o acerto nas decisões proferidas por esta Ilustre Comissão, no qual sempre interpreta as normas no sentido de atender a dupla finalidade do processo de licitação, com o fim de se fazer a mais salutar justiça, impõe-se a reforma da r. decisão, eis que não se aplicou devidamente os princípios constitucionais que norteiam a matéria, bem como, contata-se vícios de constitucionalidade e legalidade, no sentido de possibilitar a Recorrente de participar das demais fases do processo de licitação.

DA EQUIVOCADA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE

6. Como já exposto, a Recorrente foi inabilitada, sob a alegação de não ter cumprido o item 9.3 do edital.

7. Mister se faz rebater as razões que inabilitaram a Recorrente, para que se aplique o princípio da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e a competitividade, como se segue:

8. Assim exige o item 9.3 do edital:
“QUALIFICAÇÃO TÉCNICA”

9. Inicialmente ressalva-se em destacar que nossa comprovação em acordo com o item 9.3, encontra-se em nosso Atestado Técnico em nome de nosso Responsável Técnico de nº 1549/2014, conforme determina o edital , conforme constatado em nossa documentação de Habilitação, visto essa já apresentada para os senhores membros dessa renomada Comissão.

10. Ocorre que, mesmo tendo apresentado a nosso Atestado Técnico documento exigido no item 9.3 em conformidade com o TÓPICO do Edital, a ser verificada pela Comissão de Licitação desse Respeitado Órgão do Federal, cuja a mesma resolveu inabilitar a Recorrente.

11. Seguindo os comandos contidos no parágrafo 8 do artigo 48 da Lei 8.666/93, visando assegurar o cumprimento do objeto licitado, o instrumento convocatório em comento, acertadamente, exige das licitantes tais comprovações.

12. É indubitável que a Recorrente juntou a documentação exigida para habilitação no edital de acordo com o item 9.3 do Edital , portanto, injusta sua inabilitação.

13. Extraí-se da decisão acima que basta uma simples conferida formal em nosso Atestado Técnico, para que a licitante demonstre possuir capacidade Técnica para cumprir com a obrigação a ser contratada, em outros termos.

14. Destarte, é inegável que a Recorrente juntou toda a Documentação exigida no referido Edital, razão pela qual impõe-se a reforma da r. decisão que a inabilitou.

DA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE- FORMALISMO EXCESSIVO E
DESPROPORCIONALIDADE

15. A r. decisão que inabilitou a Recorrente é eivada de rigor excessivo e desproporcional e manifestamente reduz a competição do processo de licitação.

16. Compulsando-se os autos verifica-se que a Recorrente cumpriu com todas as exigências contidas no edital, mormente, o item 9.3, o que de imediato demonstra que a r. decisão ora impugnada, merece ser reformada, pois a exigência para comprovação de qualificação Técnica contida no ato convocatório, foi plenamente atendida pela Recorrente.

17. Por conseguinte, é inequívoco, que a I. Comissão errou ao inabilitar a Recorrente, pois, uma mera análise dos documentos da recorrente, verificar-se-ia que as exigências contidas no instrumento convocatório foram atendidas.

18. Ademais, averbe-se, que inabilitar a Recorrente em razão de **uma interpretação restritiva** é dissociado do propósito formal e legal do Estatuto das Licitações, eis que a Recorrente comprovou possuir capacidade de executar o objeto.

19. A decisão da I. Comissão que resolveu afastar a Recorrente do certame é indubitavelmente desproporcional e eivada de rigor excessivo, que destrói o objetivo constitucional do princípio da licitação.

20. Em verdade, é límpido, que a r. decisão da I. Comissão é eivada de rigorismo excessivo, que é repudiada pelo Tribunal de Contas do Estado e pelos diversos Tribunais que compõem o Poder Judiciário.

21. Portanto, fazendo-se o controle de constitucionalidade e legalidade da decisão, constata-se, de forma indefectível, que a Recorrente está sendo impedida de participar do certame sem motivo necessário, adequado e proporcional.

22. Restou evidenciado, que a r. decisão da I. Comissão não utilizou de bom senso, afastando-se do princípio da proporcionalidade, pois como se verifica, ao inabilitar a Recorrente, em razão de mera burocracia, sua

atividade foi meramente mecânica, o que é repudiado pelas interpretações contemporâneas.

23. Assim tem orientado o Superior Tribunal de Justiça:

“As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre varias propostas, a mais vantajosa”¹

24. Preceitua Marçal Justen Filho: “Se o interprete olvidar os princípios jurídicos fundamentais, acabará perdido diante das palavras da lei”.²

25. Para melhor convicção de Vossa Excelência, é importante trazer à baila, o inquestionável entendimento de Adilson Abreu Dallari, extraído da obra de Marçal Justen Filho:

“existem claras manifestações doutrinarias e já há jurisprudências no sentido de que, **na fase de habilitação não deve haver rigidez excessiva**; deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante. **Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação; convém ao interesse público, que haja o maior número possível de participantes**”.³ *Grifo nosso*

¹ MS nº 5.606/DF, rel. Min. José Delgado). Entendimento renovado no Resp 512.179/PR, rel. Min. Franciulli Netto.

² FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª Ed. São Paulo: Editora Dialética. 2005. pag. 58

³ *Opus citatum*. Pag. 60.

26. Por fim, a decisão, ora atacada, baseia-se em formalismo rigoroso, no qual privilegia exigência excessiva e impertinente, que, notadamente, compromete a competição, que por certo, afronta o princípio da vantajosidade.

27. Diante do exposto, impõe-se a reforma da decisão que inabilitou a Recorrente, no sentido de possibilitá-la participar das demais fases do processo de licitação, bem como declará-la vencedora do certame se sua proposta for a mais vantajosa e, conseqüentemente, adjudicá-la o objeto.

DO PEDIDO

Sendo, como se provou no presente recurso, absolutamente descabida a inabilitação da Recorrente, razão pela qual requer que essa Colenda Comissão, reconsidere sua decisão, nos seguintes termos:

- a) Que, preliminarmente, seja anulado o ato administrativo que ultimou a inabilitação da recorrente, face a ausência de motivação;
- b) Que, ultrapassado o pedido preliminar, no mérito, seja habilitada a Recorrente, permitindo-a participar das demais fases do processo licitatório, declarando-a vencedora do certame, caso sua proposta seja a mais vantajosa, e conseqüentemente, adjudicando-a o objeto licitado;

Sendo certo que independente da reconsideração, as Razões ora aduzidas devem ser encaminhadas à Autoridade Superior, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para que seja feita Justiça e seja confirmada a habilitação da Recorrente.

Isto posto, confiando a Recorrente em seus indefectíveis argumentos, requer o provimento do presente Recurso Administrativo a fim de que seja reconsiderada a decisão, ora impugnada.

Nestes Termos,
Pede e espera Deferimento.


Duque de Caxias-RJ, 06 de Maio de 2022.

A3 SOLUÇÕES INTEGRADAS E SERVIÇOS LTDA EPP

Wagner Marcolino da Silva

Id nº 11845004-8 IFP/RJ

CPF nº 079.835.347-36

Representante Credenciado